

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE MARÇO DE 2001

Hoje eu tenho a satisfação de poder anunciar ao país que nós conseguimos resolver aquilo que talvez tenha sido o maior contencioso, eu diria mesmo, sem exagero, do mundo, envolvendo um valor de cerca de 20 bilhões de dólares, 42 bilhões de reais, na verdade, e que diz respeito a 60 milhões de pessoas, que era o contencioso do FGTS.

Nós estamos transformando esse contencioso no maior acordo do mundo. Nós acabamos de ter uma reunião de ampla participação de empresários e de trabalhadores. Houve uma negociação longa, conduzida pelo Ministro Francisco Dornelles, nesses últimos meses. É uma demonstração de que, havendo vontade, havendo um país democrático, quando as pessoas se sentam à mesa e têm, realmente, o propósito de avançar, as coisas podem se resolver.

Acho que é um exemplo o que aconteceu no Ministério do Trabalho, o que aconteceu com os trabalhadores, com os empresários. É um exemplo muito bom, sobretudo nesses dias que correm, quando o Brasil necessita e deseja um maior espírito de solidariedade e de cooperação.

A Justiça reconheceu, há algum tempo, que os depósitos do FGTS não haviam sido corrigidos pelos Planos Verão e Collor e que tinham

direito a essa correção. Foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, irrecurável, por consequência.

Essa decisão alcançava um número limitado de pessoas. O procedimento normal, nesses casos, é que durante anos as pessoas, cada pessoa ou cada grupo, movam ações, nas várias instâncias, até chegar ao Supremo. E leva anos, para ver se paga ou não paga.

Essa dívida é dívida que tem como causa, no fundo, a inflação. Foi um momento de grande descontrole inflacionário, em que houve, aí, esse equívoco, na computação dos efeitos do Plano Collor e do Plano Verão. Na época, talvez as pessoas nem tenham sentido qualquer benefício. Na verdade, os beneficiários foram os mutuários. Quem era devedor do sistema do FGTS e da Caixa Econômica teve o benefício. Mas benefício que sumiu, na voracidade da inflação.

Portanto, é uma dívida que não era minha, nem do meu governo. Vem de governos anteriores. Mas o Supremo resolveu, e eu achei que não seria justo deixar milhões de brasileiros, durante anos – sabe-se lá quantos anos, dezenas, talvez – na expectativa, e tomei a decisão, já há algum tempo, também, de concordar com a generalização do acórdão para todos aqueles que tinham sido alcançados por essas decisões relativas ao FGTS.

Pois bem. Isso significa que, depois do acordo feito hoje, 54 milhões de trabalhadores, que são aqueles que têm a receber até 1 mil reais, representam 92% dos trabalhadores do Brasil. Eles vão receber este montante até junho do ano que vem, ou seja, eu terei a satisfação de poder pagar a 92% dos trabalhadores aquilo que lhes é devido, durante, ainda, o meu mandato.

Depois, nós ainda temos, aproximadamente, 2 milhões e 500 mil trabalhadores que têm a receber de 1 mil reais a 2 mil reais, e que vão receber entre junho de 2002 e junho de 2003.

Há, aproximadamente, outros 2 milhões e 300 mil que têm a receber entre 2 mil reais e 3 mil reais. E vão receber entre junho de 2003 e dezembro de 2004. Isto é, vão receber em três anos e meio.

Por fim, 1 milhão de trabalhadores, 1 milhão e 200 mil, na verdade, que têm que receber mais de 5 mil reais e representam apenas 2% da

força de trabalho, ou seja, a folha de pagamento mostra, aí, também a concentração de renda. A renda não se concentra só entre o capital e os trabalhadores. Entre os trabalhadores, também, há uma desproporção muito grande. Apenas 2% têm direito a mais de 5 mil reais. Esses receberão em sete parcelas semestrais. A primeira em junho de 2003, duas parcelas em 2004, duas em 2005 e duas em 2006.

Bom, isso significa que mesmo os que têm que receber mais de 5 mil reais vão receber dois terços daquilo que têm direito, em quatro anos. Por que eu digo isso? Porque a discussão foi muito acirrada sobre em quanto tempo far-se-ia esse pagamento. Na verdade, o pagamento vai ser feito nesse prazo que eu mencionei aqui, tendo havido uma redução muito grande do tempo necessário para que o Fundo de Garantia tivesse os recursos suficientes para fazer esse pagamento.

É claro que, para que houvesse recurso para isso, foi preciso um certo esforço, um grande esforço. Esse esforço foi de todos os setores. Os empresários darão uma contribuição para solucionar esse contencioso. Eles vão pagar uma multa de 10% cada vez que demitir um trabalhador.

Bom, se uma empresa tiver um número grande de trabalhadores e dispensar muito, vai pagar muito. Se não dispensar muito, vão diminuir os saques do FGTS e vai pagar menos, ou seja, é uma medida, também, que induz a pensar bem se vai dispensar ou não vai dispensar o trabalhador. Portanto, ela tem, também, um caráter de uma reflexão social, por parte do empresário, que saberá que vai ter que pagar uma multa maior.

Também os empresários vão ter que fazer um certo esforço. Ou, melhor, esforço de recolher recursos. Porque nós vamos ter, também, uma contribuição sobre a folha de salário que eu reduzi. Era de 1% e eu tomei a decisão, agora à tarde, de reduzir para 0,5%. E digo que é uma contribuição – é inegável –, mas ela vai atingir apenas as 400 mil empresas classificadas como grandes e médias. Porque aquelas que estão sujeitas ao Simples não serão abrangidas pela contribuição dos 0,5%.

Por fim, tendo já os trabalhadores também – e já me referirei a isso – concordado numa redução, num deságio, no que diz respeito àquilo a que eles têm direito, o Governo vai entrar com 6 bilhões de reais. O Ministro da Fazenda recebeu instruções minhas para fazer essa contribuição que, na-

turalmente, tem que ser uma contribuição em dinheiro efetivo, em *cash*. Quanto a isso, eles estão estudando a melhor maneira de fazê-lo, para que nós possamos fechar as contas.

E os trabalhadores também concordaram em ter um deságio no seu recebimento. Esse deságio, eu também tomei uma decisão, para beneficiar aqueles que menos ganham. O deságio, no acordo que veio até mim, era de nenhum deságio àqueles que receberiam até 1 mil reais. E eu mantive. Os que vão receber até 1 mil reais vão receber essa soma integralmente. De 1 mil reais a 2 mil reais, o acordo havido era que haveria uma diminuição de 15%. Eu resolvi que essa redução fosse apenas de 10%. De tal maneira que quase toda a população empregada vai ter um deságio pequeno. De 2 mil reais a 5 mil reais era de 15%, eu concordei em que fosse de 12%. E apenas aqueles que vão receber acima de 5 mil reais é que terão um deságio de 15%. Esses correspondem, como já disse aqui, a 2% da força de trabalho. E eles vão receber mais de 20 bilhões, no total de recursos, para mostrar, de novo, a injustiça social que se distribui, também, na escala de salários aqui, no Brasil.

Acredito que tendo sido feito esse entendimento, eu quero ressaltar que, hoje, entre as negociações feitas, tomei certas decisões que também foram na direção de beneficiar os trabalhadores, ou seja, na questão do prazo, o que havia sido acordado era de que se pagaria em seis anos, e eu resolvi que nós vamos pagar em cinco anos. Mantivemos os dois de carência.

Já disse, aqui, que nós vamos ter esses 6 bilhões do dinheiro do Governo e que eu reduzi de 1% a 0,5% a questão da contribuição sobre a folha de salário.

Quero dizer, também, que coloquei como ponto fixo, e isso foi dito com todas as letras, que o FGTS vai destinar 3 bilhões e 800 milhões para habitação e saneamento, ou seja, que não se fará o acerto das contas em detrimento do objetivo maior do FGTS, que é, nessa área, sustentar programas de habitação e de saneamento. Então, acredito que foi uma coisa importante.

Também houve uma proposta, que eu acolhi, no sentido de que haja uma comissão para, em seis meses, tratar de uma reformulação do FGTS.

Essa redução que eu concedi, no que diz respeito ao deságio, foi a pedido das Centrais Sindicais; da mesma maneira que essa reformulação do FGTS, ela vem embasada num pedido de uma Central Sindical.

Então, eu vim aqui para ter a satisfação de dizer diretamente ao Brasil, por intermédio dos que aqui estão e da mídia nacional, que, realmente, fez-se um grande acordo. E isso, eu acho que é um estímulo para que o Brasil continue seguindo adiante, não só no caminho do crescimento, da estabilidade, sem o que nós não teríamos nem como pensar em resolver essas questões. Mas, também, no caminho da solidariedade e no caminho de um espírito construtivo que vê, objetivamente, o que pode e o que não pode ser feito.

Por fim, além de reiterar as minhas felicitações ao Ministro Francisco Dornelles que foi, realmente, o construtor dessa solução, eu queria lhes dizer que esse mecanismo todo é um mecanismo que é, até certo ponto, voluntário. Quem quiser ir para a Justiça, que vá. Apenas, a Justiça dificilmente resolve qualquer questão num tempo tão curto quanto o que nós estamos propondo.

Por outro lado, nós estamos propondo, para 92% dos trabalhadores, mais até, para 94% dos trabalhadores, um pagamento sem nenhum deságio e um pagamento quase imediato, num prazo muito curto.

Acredito que são notícias que o Brasil precisa ouvir, porque nós precisamos manter firme a nossa confiança no futuro deste país.

Muito obrigado.